


**COMO A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS(NEE) NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL?**

**HOW CAN CONTINUING TEACHER TRAINING CONTRIBUTE TO THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS(SEN)IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL?**

 <https://doi.org/10.63330/armv2n5-056>

Submetido em: 11/05/2026 e Publicado em: 27/05/2026

**Vanessa Cristino**

Graduanda do Curso de Pedagogia  
Universidade de Vassouras – UNIVASSOURAS - Campus Saquarema  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0766869349600444>

**Victória Feliciano Pereira**

Graduanda do Curso de Pedagogia  
Universidade de Vassouras – UNIVASSOURAS - Campus Saquarema  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6774212759427292>

**Tainara Chagas Matschuck**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão, PGCTIn-UFF  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8864963272090376>

**Luana Regina Ramos Caldeira Mata**

Mestre em Psicologia  
Universidade Salgado de Oliveira  
Docente na Universidade de Vassouras – UNIVASSOURAS - Campus Saquarema  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1354842952894055>

**RESUMO**

O presente trabalho analisa a importância da formação continuada docente para a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, destaca que a educação inclusiva deve garantir acesso, permanência e aprendizagem a todos os estudantes, respeitando suas singularidades. O estudo evidencia a relevância da adaptação curricular, das metodologias diversificadas e da parceria entre escola e família no processo de inclusão escolar. Conclui-se que a formação continuada contribui para o fortalecimento das práticas pedagógicas, promovendo maior preparo docente para atender à diversidade e assegurar uma educação de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Formação continuada; Docência; Necessidades educacionais especiais; Inclusão escolar; Ensino fundamental.



## ABSTRACT

This study analyzes the importance of continuing teacher education for the inclusion of students with Special Educational Needs (SEN) in the early years of Elementary School. The qualitative and bibliographic research highlights that inclusive education must ensure access, permanence, and learning for all students, respecting their individual characteristics. The study emphasizes the relevance of curriculum adaptation, diversified methodologies, and the partnership between school and family in the inclusion process. It is concluded that continuing education strengthens pedagogical practices, promoting better teacher preparation to meet diversity and ensure quality education for all.

**Keywords:** Continuing education; Teaching; Special educational needs; Inclusive education; Elementary school.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar representa um importante avanço no contexto da educação contemporânea. Para que essa inclusão ocorra de forma efetiva, é fundamental que os professores estejam preparados não apenas no início de sua carreira, mas ao longo de toda a sua trajetória profissional, por meio de processos contínuos de formação. Nesse contexto, a formação continuada docente tem como finalidade ampliar os conhecimentos teóricos e práticos dos professores, favorecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e garantir uma educação de qualidade para todos. A formação continuada dos docentes tem sido compreendida como um elemento essencial para o fortalecimento das práticas pedagógicas no contexto da educação inclusiva. Diante das constantes transformações presentes no ambiente escolar, torna-se necessário que os professores estejam em permanente processo de atualização profissional, buscando desenvolver estratégias capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a formação docente contribui não apenas para a ampliação dos conhecimentos teóricos, mas também para o desenvolvimento de práticas mais reflexivas, acessíveis e comprometidas com a participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem (Pimenta, 2022).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental refletir sobre como o investimento na formação permanente pode repercutir na qualidade das práticas inclusivas, tornando o espaço escolar mais equitativo e democrático. A inclusão escolar exige que a instituição de ensino desenvolva práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam a participação efetiva de todos os estudantes no ambiente escolar. Dessa forma, a inclusão não deve ser compreendida apenas como o acesso à escola regular, mas como a garantia de condições reais de aprendizagem, desenvolvimento e participação. Nesse contexto, torna-se fundamental que a escola esteja preparada para lidar com a diversidade presente em sala de aula,



valorizando as singularidades dos alunos e favorecendo um ensino mais democrático e acessível (Mantoan, 2021). No entanto, observa-se que, em muitos contextos, essa formação não ocorre de maneira efetiva, o que pode dificultar a implementação da educação inclusiva nas escolas.

Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: como a formação continuada dos docentes pode contribuir para a inclusão de alunos com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental? A relevância desta investigação reside no fato de que a valorização da diversidade no ambiente escolar transcende o mero cumprimento de normas legais, configurando-se como um compromisso ético e social com a construção de uma sociedade mais igualitária. Entretanto, a literatura aponta que a implementação desse paradigma ainda enfrenta desafios, uma vez que a formação docente, muitas vezes, ocorre de maneira pontual e desarticulada da realidade escolar, o que limita a construção de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a formação continuada dos docentes e sua relação com as práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como objetivos específicos, busca-se: compreender o papel da formação continuada no contexto da educação inclusiva; identificar estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão escolar; e analisar os impactos dessa formação no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentado em autores que discutem a formação docente, a prática pedagógica e a educação inclusiva na contemporaneidade, como Maria Teresa Eglér Mantoan (2021), José Carlos Libâneo (2023), Selma Garrido Pimenta (2022), Vera Maria Candau (2020) e Mônica Pereira dos Santos (2021). A escolha por esse tipo de investigação justifica-se pela necessidade de compreender, a partir da produção científica já consolidada, os principais conceitos, desafios e possibilidades relacionados à formação continuada de professores no contexto da inclusão escolar.

Para o desenvolvimento do estudo, foram selecionadas obras e produções acadêmicas relevantes na área, tais como livros, artigos científicos e documentos oficiais, que abordam a formação docente e a educação inclusiva. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos e as práticas pedagógicas, com o intuito de compreender como a formação continuada pode contribuir para a efetivação da inclusão no ambiente escolar.

## **2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Ao abordar a educação inclusiva, compreende-se que seu principal objetivo é garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender juntos no ambiente escolar, respeitando o ritmo e as particularidades de cada estudante. Nesse sentido, a educação inclusiva tem como finalidade garantir que



todos os estudantes tenham acesso a uma aprendizagem significativa, respeitando suas diferenças e necessidades educacionais. Nesse contexto, torna-se necessário que as práticas pedagógicas sejam desenvolvidas de maneira mais flexível e participativa, favorecendo a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e democrático. Além disso, o planejamento docente deve considerar os diferentes ritmos e formas de aprendizagem presentes em sala de aula, possibilitando maior participação dos estudantes no processo educativo. Dessa maneira, compreende-se que a inclusão escolar exige mudanças que ultrapassam questões estruturais, envolvendo também transformações nas práticas pedagógicas e nas relações estabelecidas no ambiente escolar (Mantoan, 2021).

Dessa forma, a prática pedagógica deve ser planejada de modo a favorecer a participação de todos os alunos, oferecendo suporte para o desenvolvimento de suas potencialidades. Mais do que uma mudança estrutural, a inclusão exige uma transformação nas concepções pedagógicas, pois implica compreender que todos os estudantes são capazes de aprender, ainda que por caminhos distintos. Nesse sentido, a escola deixa de operar sob uma lógica homogênea e passa a reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

No contexto brasileiro, esse direito é assegurado por diferentes dispositivos legais. A Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) garante a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, enquanto o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) reforça o direito à aprendizagem sem discriminação. Assim, a inclusão não se configura apenas como uma proposta pedagógica, mas como um direito garantido por lei, que deve ser efetivado no cotidiano escolar. No entanto, a existência de marcos legais, por si só, não garante a efetivação da inclusão. É necessário que tais diretrizes sejam traduzidas em práticas pedagógicas concretas, o que evidencia a importância do papel do professor e da organização institucional da escola.

Nesse cenário, a educação especial assume um papel fundamental ao atuar de forma complementar ao ensino regular. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), essa modalidade deve oferecer recursos pedagógicos, serviços de apoio e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Essa perspectiva reforça a ideia de que a inclusão não significa apenas inserir o aluno no espaço escolar, mas garantir condições reais de aprendizagem, o que demanda suporte pedagógico adequado e práticas intencionais.

A articulação entre educação inclusiva e educação especial exige transformações nas práticas pedagógicas e na organização do ensino. Segundo Libâneo (2022), o planejamento pedagógico deve ser intencional, flexível e considerar as diferentes formas de aprendizagem presentes no contexto escolar. Nessa perspectiva, a escola precisa reorganizar suas práticas e relações para atender à diversidade existente em sala de aula (Mantoan, 2023), cabendo ao professor um papel fundamental na construção de estratégias



que garantam a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os estudantes. Isso implica repensar não apenas o que ensinar, mas também como ensinar, reconhecendo que metodologias únicas não contemplam a complexidade do contexto educacional contemporâneo.

As políticas públicas recentes reforçam essa perspectiva inclusiva. O Decreto nº 12.773/2025 estabelece diretrizes que asseguram o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial, fortalecendo a oferta do Atendimento Educacional Especializado. Entretanto, a efetividade dessas políticas depende diretamente da formação e da atuação dos profissionais da educação, evidenciando que a implementação da inclusão está diretamente relacionada às condições reais do trabalho docente.

Nesse contexto, a formação continuada dos professores torna-se essencial. Nóvoa (2022) afirma que a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo, articulado às experiências e aos desafios vivenciados no cotidiano escolar, sendo fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas. Em diálogo com essa perspectiva, Libâneo (2022) destaca a importância da reflexão constante sobre a prática docente, favorecendo o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais adequadas à diversidade presente em sala de aula. Dessa forma, a formação continuada não deve ser entendida como um complemento, mas como um elemento central para a qualidade da educação, especialmente em contextos inclusivos.

Outro aspecto relevante refere-se à adaptação curricular. Libâneo (2022) aponta que o ensino deve ser planejado de forma flexível, considerando as necessidades, os ritmos e as possibilidades de aprendizagem dos alunos. Mantoan (2023) reforça que adaptar não significa reduzir os conteúdos, mas torná-los acessíveis por meio de estratégias e recursos que favoreçam a participação de todos. Essa compreensão é fundamental para evitar práticas excludentes disfarçadas de inclusão, nas quais o estudante está inserido no espaço escolar, mas não participa efetivamente do processo de aprendizagem.

No que se refere à avaliação, esta deve ser compreendida como um processo contínuo, diagnóstico e formativo. Segundo Libâneo (2022), avaliar ultrapassa a simples mensuração de resultados, sendo necessário considerar o desenvolvimento e o progresso individual do estudante ao longo do processo de aprendizagem. Dessa forma, a avaliação assume um papel estratégico na inclusão, pois possibilita identificar avanços, dificuldades e necessidades de intervenção pedagógica mais adequadas às singularidades dos alunos.

A interação social também desempenha papel fundamental nesse processo. A construção do conhecimento ocorre de maneira significativa quando o ambiente escolar favorece a participação, o diálogo e a interação entre os estudantes. Dessa forma, torna-se importante que a escola desenvolva práticas pedagógicas colaborativas, incentivando a troca de experiências e o respeito às diferenças presentes no contexto educacional. Além disso, a convivência entre os alunos contribui para o fortalecimento de valores



como empatia, cooperação e participação social, aspectos fundamentais para a construção de uma educação mais inclusiva e humanizada (Candau, 2020). Sendo assim, a convivência entre os alunos favorece não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a construção de valores como respeito, empatia e cooperação. Um fator relevante é a participação da família no processo educativo.

Essa parceria fortalece o acompanhamento das necessidades educacionais e amplia as possibilidades de intervenção pedagógica. Além disso, o uso de metodologias diversificadas contribui significativamente para o ensino inclusivo Libâneo (2023) destaca que o planejamento docente precisa considerar estratégias pedagógicas flexíveis e acessíveis às diferentes necessidades presentes em sala de aula. Nesse contexto, práticas que envolvem ludicidade, experiências sensoriais e diferentes recursos pedagógicos favorecem a participação e o engajamento dos alunos. Dessa forma, práticas que envolvem ludicidade, experiências sensoriais e diferentes recursos pedagógicos favorecem a participação e o engajamento dos alunos.

Por fim, compreende-se que a inclusão escolar vai além do cumprimento de leis e diretrizes, configurando-se como um compromisso ético com a valorização da diversidade. Mantoan (2023) e Nóvoa (2022) reforçam que a construção de uma educação inclusiva exige reflexão constante sobre a prática pedagógica e o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Assim, a inclusão deve ser entendida como um processo contínuo, que demanda transformação nas práticas, nas concepções e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, visando garantir uma educação mais justa, democrática e acessível a todos.

## 2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INCLUSÃO

As políticas educacionais voltadas à inclusão têm se consolidado como um dos principais pilares para a garantia do direito à educação de todos os sujeitos, respeitando suas diferenças e promovendo a equidade no ambiente escolar. No contexto brasileiro, a inclusão escolar está diretamente relacionada à construção de uma educação democrática, que reconhece a diversidade como elemento fundamental do processo de ensino e aprendizagem.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a educação passa a ser compreendida como um direito de todos, assegurando condições de acesso, permanência e aprendizagem. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais têm buscado ampliar estratégias que favoreçam a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e aqueles em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a escola deve se organizar para atender a todos os alunos, eliminando barreiras que possam impedir sua participação plena. Isso implica a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, a formação



continuada de professores e a utilização de recursos e metodologias que valorizem as potencialidades dos estudantes.

Nessa perspectiva, Paulo Freire contribui significativamente ao defender uma educação pautada no respeito, no diálogo e na valorização dos saberes dos sujeitos. Para o autor, a prática educativa deve favorecer a autonomia, a participação e a consciência crítica dos indivíduos no processo de aprendizagem (Freire, 2021). De forma complementar, Dermeval Saviani destaca a importância da escola como espaço de socialização do conhecimento sistematizado, fundamental para a formação crítica e emancipadora dos estudantes (Saviani, 2021).

Assim, as políticas educacionais inclusivas não se restringem apenas ao acesso à escola, mas envolvem a garantia de uma educação de qualidade, que promova a participação, o respeito às diferenças e a transformação social. Dessa forma, a inclusão se configura como um compromisso ético, político e pedagógico, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A implementação da educação inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental configura-se como um processo de transformação profunda nas concepções de ensino e aprendizagem, exigindo que a instituição escolar se organize para acolher a diversidade como elemento central do percurso educativo (Mantoan, 2023). Essa perspectiva busca assegurar não apenas o acesso ao ambiente escolar, mas também a permanência, a participação ativa e a aprendizagem efetiva de todos os estudantes, respeitando suas singularidades e ritmos.

No cenário brasileiro, esse compromisso é sustentado por um conjunto de dispositivos legais, como a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que garantem o direito à educação sem discriminação. Mais recentemente, o Decreto nº 12.773/2025 reforça essas diretrizes ao estabelecer orientações voltadas ao fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), consolidando a educação especial como modalidade complementar ao ensino regular.

Para que esses direitos se materializem no cotidiano escolar, a formação continuada dos docentes assume um papel estratégico. Trata-se de um processo permanente de aprimoramento, que se estende ao longo da trajetória profissional e possibilita ao professor desenvolver maior autonomia e sensibilidade para lidar com a diversidade (Nóvoa, 2022). A reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a troca de experiências entre os profissionais favorecem a construção de estratégias mais adequadas às necessidades dos alunos.

A prática inclusiva exige um planejamento intencional e flexível, que incorpore adaptações curriculares voltadas a tornar o conhecimento acessível a todos, sem comprometer a qualidade dos conteúdos trabalhados (Libâneo, 2022; Mantoan, 2023). Nesse contexto, o professor atua como mediador



do conhecimento, utilizando metodologias diversificadas, recursos lúdicos e experiências sensoriais para favorecer o engajamento, a participação e a aprendizagem dos estudantes.

A aprendizagem, fundamentada nas interações sociais, torna o ambiente escolar um espaço de cooperação e construção coletiva do conhecimento, conforme destaca Lev Vygotsky. Paralelamente, a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo e formativo, priorizando o acompanhamento do progresso individual e orientando intervenções pedagógicas mais eficazes (Libâneo, 2022).

Entretanto, a efetivação das políticas inclusivas ainda enfrenta desafios significativos, como formações docentes pontuais e desarticuladas da realidade escolar, a escassez de investimentos e a desvalorização da carreira docente. Muitas vezes, a formação inicial não prepara adequadamente o professor para lidar com a diversidade, tornando a formação continuada ainda mais necessária. Além disso, a parceria entre escola e família constitui um elemento essencial nesse processo, pois possibilita uma compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes e fortalece o acompanhamento e o suporte pedagógico (Paro, 2023).

Dessa forma, a construção de uma educação inclusiva depende de um compromisso coletivo que envolva gestores, professores, famílias e toda a comunidade escolar, na busca por um ensino que reconheça cada aluno como sujeito ativo do processo educativo e promova a equidade no ambiente escolar.

### **3 FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E DESAFIOS**

A formação dos professores no Brasil é marcada por diversos desafios históricos e sociais. Durante muito tempo, a docência não foi devidamente valorizada, e muitos educadores ingressaram nas salas de aula sem uma formação consistente. Predominava um modelo tradicional, no qual o professor se limitava à reprodução de conteúdos, com pouca autonomia e participação nas decisões pedagógicas. Além disso, há críticas ao discurso de que ocorreram mudanças profundas na educação, uma vez que muitas intervenções partiram do Estado como objetivo de padronizar o ensino, sem promover transformações significativas na prática pedagógica.

Com o passar dos anos, políticas públicas passaram a exigir uma formação mais sólida. A Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) reforçam que o professor deve ser preparado de forma contínua para atuar em contextos marcados pela diversidade, pela inclusão e por novas metodologias de ensino. A valorização da diversidade no contexto escolar representa um aspecto fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e democráticas. Nesse sentido, reconhecer as diferenças culturais, sociais e educacionais presentes no ambiente escolar possibilita o desenvolvimento de estratégias mais sensíveis às necessidades dos estudantes. Assim, a inclusão passa a ser compreendida como um processo que envolve



respeito, diálogo e participação, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa e humanizada (Candau, 2020).

No entanto, ainda existem obstáculos importantes, como a falta de investimento, a baixa valorização da carreira docente, a dificuldade de acesso à formação continuada e a ausência de políticas efetivas. Apesar disso, cresce a compreensão de que o professor é peça central na qualidade da educação e que sua formação deve ser tratada como prioridade. Sob essa perspectiva, Nóvoa (2022) ressalta a importância da formação docente e da reflexão sobre a prática pedagógica para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

Desta maneira, A formação continuada também se apresenta como um importante instrumento para o fortalecimento da educação inclusiva, especialmente no que se refere à preparação dos professores para lidar com as diferentes demandas presentes no ambiente escolar. Dessa maneira, o aperfeiçoamento profissional contribui para que os docentes desenvolvam práticas pedagógicas mais acessíveis, reflexivas e comprometidas com a participação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a atualização constante dos conhecimentos pedagógicos favorece a construção de estratégias mais adequadas às necessidades educacionais dos alunos, promovendo maior inclusão e equidade no contexto escolar (Bastos, 2024). Diante das transformações presentes no contexto educacional, torna-se necessário que o processo de formação docente esteja relacionado às experiências vividas no cotidiano escolar, possibilitando ao professor compreender com mais profundidade os desafios encontrados no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, o aperfeiçoamento profissional favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais conscientes, acessíveis e sensíveis às diferentes realidades presentes em sala de aula. Além disso, a reflexão sobre a prática contribui para a construção de estratégias que valorizem a participação dos estudantes e fortaleçam uma educação mais inclusiva e acolhedora (Pimenta, 2022, p. 48).

A partir dessa compreensão, torna-se fundamental que o processo formativo possibilite ao docente analisar o contexto em que atua, reconhecendo as diferentes realidades presentes no ambiente escolar. Essa articulação entre formação e prática contribui para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades, potencialidades e limitações dos estudantes.

Nesse sentido, a atuação docente exige uma postura comprometida com a construção de um ambiente escolar mais participativo e democrático, no qual as diferenças sejam reconhecidas como parte do processo educativo. A adoção de estratégias pedagógicas diversificadas contribui para ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes, favorecendo maior participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Além disso, o planejamento pedagógico precisa considerar as necessidades individuais dos alunos, buscando desenvolver práticas mais flexíveis e inclusivas (Libâneo, 2023, p. 61).

A formação de professores, portanto, não se limita ao domínio de conteúdos teóricos, mas envolve a construção de conhecimentos que dialoguem com a realidade escolar e com as necessidades dos alunos.



Esse processo contribui para uma atuação docente mais consciente, na qual o professor passa a considerar as diferentes formas de aprendizagem presentes em sala de aula.

Nesse contexto, a formação continuada assume um papel essencial, uma vez que não pode ser compreendida como um momento isolado. Trata-se de um processo permanente, articulado ao cotidiano escolar, que contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas, para o desenvolvimento profissional docente e para a melhoria da aprendizagem dos estudantes (Nóvoa, 2022).

Entretanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios no contexto educacional brasileiro, especialmente devido às desigualdades regionais na formação inicial dos professores, o que influencia diretamente na preparação dos docentes para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Além disso, mesmo sendo prevista pela legislação educacional e incentivada por políticas públicas, a formação continuada muitas vezes ocorre de forma pontual e pouco relacionada às situações reais do cotidiano escolar, o que limita sua efetividade. Nesse sentido, observa-se que muitos professores encontram dificuldades para adaptar metodologias e atender às necessidades específicas dos alunos.

Corroborando essa perspectiva, Libâneo (2022) destaca que os processos formativos devem estar articulados às experiências vivenciadas pelos professores, favorecendo a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e contribuindo para o desenvolvimento de ações mais coerentes e sensíveis às demandas presentes no contexto escolar.

Ainda segundo Libâneo (2022), a formação docente deve possibilitar que o professor compreenda o contexto social dos alunos e desenvolva práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e a participação de todos. Para o autor, a qualidade da educação está diretamente relacionada à preparação dos profissionais que atuam na escola, sendo fundamental a existência de políticas públicas que garantam uma formação inicial consistente e oportunidades permanentes de formação continuada. Nesse sentido, o trabalho docente exige uma postura reflexiva, na qual o professor analisa a realidade da sala de aula e reconhece a diversidade existente entre os estudantes. A prática pedagógica, portanto, ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, envolvendo a busca constante por estratégias que atendam às diferentes necessidades de aprendizagem.

Outra contribuição relevante nesse debate está relacionada à importância de uma educação baseada na reflexão, no diálogo e na construção coletiva do conhecimento. O professor deve assumir uma postura crítica diante da realidade educacional, buscando constantemente aperfeiçoar sua prática pedagógica por meio da formação continuada e de estratégias que favoreçam a aprendizagem dos estudantes.

Nessa perspectiva, o ato de ensinar está diretamente relacionado à escuta, ao respeito às experiências dos alunos e à valorização dos saberes que cada estudante traz consigo. A prática pedagógica deve ser construída a partir da interação entre professor e aluno, favorecendo um ambiente de participação e troca de conhecimentos.



No campo da formação continuada, António Nóvoa (2022) destaca que o desenvolvimento profissional docente ocorre principalmente por meio da reflexão sobre a prática pedagógica e da troca de experiências entre professores. O autor enfatiza que as políticas de formação devem valorizar os saberes construídos no cotidiano escolar, reconhecendo o professor como sujeito ativo e protagonista de seu próprio processo formativo.

Deste modo, o ambiente escolar também se configura como espaço formativo, favorecendo a colaboração entre os profissionais e o fortalecimento da identidade docente. A valorização das experiências e das vivências no cotidiano escolar contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a construção de novos saberes profissionais (Nóvoa, 2022). Assim, as políticas de formação docente no Brasil devem considerar não apenas a oferta de cursos, mas também a valorização da carreira, o incentivo à reflexão sobre a prática pedagógica e a criação de espaços de aprendizagem coletiva nas instituições escolares.

A experiência profissional do docente também assume grande relevância, pois é a partir dela que o educador identifica desafios e desenvolve estratégias mais adequadas ao contexto em que atua. A troca de experiências entre professores favorece esse processo, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais coerentes com a realidade dos alunos e fortalecendo a reflexão sobre a prática pedagógica (Nóvoa, 2022).

Além disso, é fundamental que as políticas públicas garantam não apenas o acesso à formação continuada, mas também sua qualidade. Quando as propostas formativas não dialogam com o cotidiano escolar e com as necessidades reais da prática docente, tornam-se distantes da realidade dos professores, dificultando sua efetiva aplicação no contexto educacional (Libâneo, 2022).

A articulação entre teoria e prática constitui elemento essencial nesse processo. Quando os conhecimentos teóricos dialogam com as situações reais da escola, o professor atribui maior sentido à sua atuação, desenvolvendo estratégias mais eficazes. Assim, a prática pedagógica deixa de ser algo estático e passa a ser compreendida como um processo dinâmico, em constante transformação, permitindo ao educador analisar sua atuação, identificar dificuldades e buscar alternativas que favoreçam a aprendizagem dos estudantes.

### 3.1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

A formação continuada dos docentes constitui um elemento essencial para a promoção da educação inclusiva, uma vez que possibilita aos profissionais da educação a ampliação de seus conhecimentos, a reflexão sobre suas práticas pedagógicas e o desenvolvimento de estratégias que atendam à diversidade presente no ambiente escolar. Considerando que a escola contemporânea é composta por estudantes com



diferentes realidades, ritmos de aprendizagem e necessidades educacionais, torna-se fundamental que o professor assuma uma postura de aprendizado permanente, buscando práticas pedagógicas mais sensíveis e inclusivas.

O aperfeiçoamento profissional docente representa um elemento essencial para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas. Diante das transformações presentes no contexto educacional, torna-se fundamental que os professores estejam em constante processo de atualização, buscando ampliar seus conhecimentos e desenvolver estratégias mais adequadas às necessidades dos estudantes. Além disso, a reflexão sobre a prática pedagógica contribui para a construção de metodologias mais acessíveis, participativas e sensíveis às diferentes realidades presentes no ambiente escolar (Santos, 2021, p. 52). Dessa forma, a formação continuada contribui para que os docentes compreendam as especificidades dos alunos e possam adaptar metodologias, recursos e estratégias de ensino. Ao refletir sobre sua prática, o professor passa a reconhecer que a inclusão não se limita ao acesso do estudante à escola, mas envolve a garantia de condições reais para sua participação, interação e desenvolvimento.

Além disso, a formação continuada possibilita que os professores se apropriem das políticas públicas e dos documentos legais que orientam a educação inclusiva no Brasil. Entre esses documentos, destaca-se o Decreto nº 12.773/2025, que estabelece diretrizes voltadas à garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, além de reforçar a importância do Atendimento Educacional Especializado como suporte complementar ao ensino comum.

Ao dialogar com essa perspectiva, percebe-se que o referido decreto representa um avanço significativo na consolidação da educação inclusiva, ao enfatizar a necessidade de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação dos estudantes. Dessa forma, evidencia-se que a formação continuada dos docentes é fundamental para que essas diretrizes sejam efetivamente implementadas no cotidiano escolar.

Nesse contexto, a atuação do professor exige sensibilidade diante das diferentes formas de aprendizagem presentes em sala de aula. Dessa maneira, o planejamento pedagógico precisa ser desenvolvido de forma flexível e participativa, favorecendo a construção de estratégias que ampliem a participação dos estudantes no processo educativo. Além disso, a utilização de metodologias diversificadas contribui para tornar o ensino mais acessível e significativo para todos os alunos (Libâneo, 2023, p. 61). Além disso, a formação continuada possibilita momentos de troca de experiências e construção coletiva de conhecimentos entre os profissionais da educação. Esses momentos são fundamentais para que os docentes possam compartilhar desafios, discutir estratégias e buscar soluções que contribuam para a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Nesse sentido, entende-se que a



inclusão escolar não depende apenas da atuação individual do professor, mas de um trabalho coletivo que envolva toda a comunidade escolar.

Desse modo, torna-se necessário que a escola promova espaços de diálogo, reflexão e formação, favorecendo a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e participativo. Ao refletir sobre esse processo, compreende-se que a formação docente não deve ser entendida como algo concluído, mas como um caminho permanente de construção e reconstrução de saberes, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais sensíveis às necessidades dos alunos.

Diante dessa realidade, a atuação docente exige sensibilidade diante das diferentes formas de aprendizagem presentes em sala de aula. Dessa maneira, o planejamento pedagógico precisa ser desenvolvido de forma flexível e participativa, favorecendo a construção de estratégias que ampliem a participação dos estudantes no processo educativo. Além disso, a utilização de metodologias diversificadas contribui para tornar o ensino mais acessível e significativo para todos os alunos, fortalecendo práticas pedagógicas mais inclusivas no ambiente escolar (Libâneo, 2023, p. 61). A construção de práticas inclusivas também depende do diálogo e da colaboração entre os profissionais da educação, favorecendo a troca de experiências e o fortalecimento das ações pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar. Nesse sentido, o trabalho coletivo contribui para a elaboração de estratégias mais adequadas às necessidades dos estudantes, além de favorecer a construção de um espaço educacional mais acolhedor, participativo e inclusivo (Santos, 2021, p. 58).

Diante disso, compreende-se que a formação continuada representa um elemento essencial para o fortalecimento da educação inclusiva, uma vez que promove a reflexão, a troca de experiências e o desenvolvimento profissional, contribuindo para a construção de uma escola mais democrática, acolhedora e comprometida com o direito à educação de todos.

A formação continuada, nessa perspectiva, deixa de ser compreendida apenas como atualização de conhecimentos e passa a constituir-se como um processo permanente de reflexão sobre a prática pedagógica. Por meio dessa reflexão, o professor amplia sua compreensão acerca das diferentes formas de aprendizagem presentes no contexto escolar, reconhecendo a diversidade como elemento essencial e constitutivo do processo educativo (Tardif, 2023).

A incorporação de novas estratégias de ensino, aliada à reflexão constante sobre o fazer pedagógico, contribui para que o docente se posicione de maneira mais crítica diante das situações vivenciadas no cotidiano escolar. A prática passa a ser orientada por escolhas conscientes, que consideram não apenas os conteúdos a serem trabalhados, mas também as condições reais de aprendizagem dos estudantes.

A formação continuada também favorece a compreensão de que o processo de inclusão exige uma reorganização das práticas e das relações estabelecidas no espaço escolar. Não se trata apenas de adaptar



atividades, mas de repensar a forma como o ensino é planejado e desenvolvido, buscando criar condições que possibilitem a participação de todos (Mantoan, 2023).

A construção desse olhar mais atento à diversidade está diretamente relacionada à possibilidade de o professor reconhecer-se como um sujeito em constante formação. Ao compreender que a docência se constitui em um processo contínuo de aprendizagem, o educador passa a valorizar as experiências vividas no cotidiano escolar como fundamentais para a reflexão e reconstrução de sua prática pedagógica (Nóvoa, 2022).

Esse entendimento contribui para o desenvolvimento de uma postura mais reflexiva, na qual o educador deixa de atuar de forma mecânica e passa a analisar de maneira crítica as situações que emergem no processo de ensino e aprendizagem, ampliando sua capacidade de lidar com a complexidade presente em sala de aula.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das discussões realizadas ao longo desta pesquisa, compreende-se que a educação inclusiva constitui um elemento fundamental para a construção de uma escola mais justa, democrática e acessível a todos. Nesse contexto, evidencia-se que não basta garantir apenas o acesso dos estudantes ao ambiente escolar, sendo necessário assegurar também sua permanência, participação e aprendizagem, respeitando suas particularidades e necessidades.

Observa-se que a educação especial desempenha um papel importante como suporte ao ensino regular, por meio da oferta de recursos, estratégias e atendimentos especializados que contribuem para o desenvolvimento dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Além disso, destaca-se a relevância das políticas públicas e legislações que asseguram o direito à educação inclusiva, orientando práticas pedagógicas mais equitativas.

Outro aspecto evidenciado refere-se à importância da formação continuada dos docentes, que se apresenta como um elemento essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A formação permanente possibilita aos professores ampliar seus conhecimentos, refletir sobre sua prática e desenvolver estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos.

Dessa forma, entende-se que a inclusão escolar exige o comprometimento de toda a comunidade educativa, bem como a construção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a equidade no ambiente escolar. No entanto, reconhece-se que esse é um processo em constante construção, que demanda continuidade nos estudos e aprofundamento das discussões, tendo em vista a necessidade de ampliar o olhar sobre a formação docente e sua relação com a construção de práticas inclusivas.

Considerando que a realidade educacional é dinâmica e marcada por constantes desafios, refletir sobre esse tema possibilita compreender que a inclusão não se limita a diretrizes formais, mas envolve



mudanças que perpassam o cotidiano escolar, exigindo do professor uma postura sensível, crítica e aberta à aprendizagem contínua.

Ao considerar a complexidade das relações estabelecidas no ambiente educativo, torna-se relevante compreender a formação docente como um processo que se constrói ao longo da trajetória profissional, em diálogo com as experiências vividas e com as demandas que emergem da prática.

Essa compreensão abre espaço para novas reflexões sobre o papel da escola, das políticas educacionais e dos próprios docentes na construção de um ensino que valorize as diferenças e reconheça as singularidades dos alunos. A ampliação desse debate mostra-se importante na medida em que possibilita novos olhares sobre a prática pedagógica, incentivando a busca por caminhos que fortaleçam a inclusão e contribuam para a construção de uma educação mais atenta às diversas formas de aprender e participar.

Por fim, ressalta-se a importância de dar continuidade às investigações nessa área, promovendo o aprofundamento das discussões no campo educacional e contribuindo para o desenvolvimento de práticas cada vez mais inclusivas e significativas.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Caio dos Santos Mendonça. Formação continuada de professores: educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2021.

PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2022.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação inclusiva e formação docente no Brasil. São Paulo: Autêntica, 2021.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.